**JOÃO PEREIRA RAMOS d’AZEREDO COUTINHO**

Filho primogénito de Manuel Pereira Ramos de Lemos Faria e de D. Helena de Andrade Souto-Mayor Coutinho, nasceu este célebre magistrado no termo da vila de Iguassú, na província do Rio de Janeiro, em 1722, e partindo para Portugal, foi formar-se na universidade de Coimbra, e seguiu a carreira da magistratura.

Homem de elevado talento e grande saber, foi muito apreciado e estimado pelo grande marquês de Pombal, que o nomeou ministro da junta d’exame do estado e melhoramento temporal das Ordens religiosas, guarda-mor da Torre do Tombo, e que juntamente lhe confiou o lugar importantíssimo de procurador geral da coroa, lugar que no tempo do grande marquês duplicou de importância, e que Azeredo Coutinho desempenhou de modo mais brilhante.

Era ele o braço direito do marquês de Pombal, um dos auxiliares das suas grandes reformas, um dos colaboradores daqueles maravilhosos decretos que renovaram a face social e económica de Portugal, e, se alguma vez se viu envolto em tristíssimos negócios, como foi o da conspiração do duque de Aveiro, muitas vezes felizmente pôde associar o seu nome a medidas verdadeiramente grandiosas, como quando foi nomeado membro da junta da providência literária criada para tratar da reforma da universidade de Coimbra, de que foi membro também seu irmão, o célebre bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos.

Quando caiu o marquês de Pombal, João Pereira Ramos d’Azeredo Coutinho não voltou as costas ao sol poente, pelo contrário, ousou ir visitá-lo no seu retiro, e como não tinham ousado demiti-lo do elevado cargo a que ele dera tanto lustre, quando D. Maria I, prosseguindo num sistema de feroz e vingativa reacção contra o governo do marquês de Pombal, quis meter em processo o grande ministro, João Pereira Ramos protestou energicamente contra semelhante pensamento, e ousou dizer face a face à rainha D. Maria I que semelhante acto seria um desonra para o seu reinado.

O processo não foi por diante mas o intrépido Procurador-geral foi dispensado pelos ministros do exercício das comissões de que estava incumbido, e caiu como seu irmão no desagrado da corte.

Até ao fim soubera cumprir austeramente o seu dever, e impedir muitos actos de vingança estúpida e de reacção absurda, que, querendo ferir o marquês de Pombal, iam muitas vezes ferir mais alto; foi assim que ele se opôs à revisão do processo dos Távoras, ou antes, à publicação e execução da sentença revisora, que, pretendendo condenar o marquês de Pombal, condenava verdadeiramente D. José.

Por isso, quando passou mais o movimento de reacção, a rainha apressou-se, por decreto de 3 de Fevereiro de 1789, a chamá-lo de novo ao exercício activo do seu cargo, dando-lhe de novo entrada no conselho de ministros.

Era tarde; nesse mesmo ano de 1789 faleceu João Pereira Ramos com 67 anos.